

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal

Class.: _____

Data: 11.03.82

Pg.: _____

Nova denúncia sobre a reserva

BRASÍLIA (AJB) — A disputa pela reserva pinheiral de Mangueirinha, no Paraná, registrada em nome da Slaviero — Indústria e Comércio de Madeiras — e reivindicada pela Funai para os índios caingangues e guaranis acaba de receber nova denúncia no Tribunal Federal de Recursos. O assistente dos índios, Jone Rodrigues de Lima, denunciou que o procurador da Funai, Joaquim Jair Ximenes Aguiar já advogou para a família Slaviero numa partilha de bens.

A questão remonta há 20 anos, quando as tribos Caingangues e Guaranis perderam 7 mil 200 hectares de terras cobertas de araucárias-brasiliensis para a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, órgão criado pelo governo do Paraná, para demarcar o patrimônio dos silvícolas. Segundo narra o processo, em 1949 foram doados as reservas indígenas de Pucurainha, Queimadas, Avaí Fixinal, Rio das Cobras e Mangueirinha, resultando esta última a mais valiosa por deter 180 mil pinheiros, em motivo de corrupção administrativa.

Ao adquirir em 1979 uma gleba próxima a reserva de Mangueirinha, Jone Rodrigues de Lima foi molestado pelo Grupo Slaviero, então proprietário da reserva pi-

nheiral. Para defender-se entrou com uma ação na Justiça e após uma peregrinação pelas repartições públicas do Paraná, ele disse que descobriu toda a manobra executada para desjojar os índios Caingangues e Guaranis de suas terras. Jone Rodrigues de Lima entrou, então, com uma ação declaratória de falsidade documental na Justiça para demonstrar que as terras chegaram as mãos do Grupo Slaviero através de procurações falsas forjadas por um certo Osvaldo Forte que se dizia representante de 37 posseiros.

Só após essa denúncia levada a Justiça em 1980, é que a Funai entrou na ação para reivindicar a terra dos índios. Jone Rodrigues de Lima passou a figurar então como assistente da Funai. Agora, quando o processo está prestes a ser levado a julgamento pelo ministro José Cândido de Carvalho, no Tribunal Federal de Recursos, o assistente resolveu denunciar a Funai, dizendo que seu procurador já advogou para a família Slaviero, o que o torna impedido. Em documento apresentado ao tribunal, Jose Rodrigues de Lima afirma que o dr. Joaquim Ximenes Aguiar (o mesmo que firmou a petição de fls. 1824/6 foi, e possivelmente ainda até hoje o seja advogado particular da família Slaviero.